POSICIONAMENTO DA ASSEDIC SOBRE O AUMENTO DO IOF E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Colatina, 06 de junho de 2025

O Problema Estrutural

O aumento do IOF (Decreto nº 12.466/2025), que elevou a alíquota sobre financiamentos de 1,88% para 3,95% ao ano, é uma medida de alto risco macroeconômico. Em um país com a 3ª maior carga tributária das Américas (33,4% do PIB), essa majoração amplia o custo do crédito em todos os setores, comprometendo a competitividade nacional.

Impactos Multissetoriais

a) Empresas e Investimentos:
- Custo adicional de R$ 61 bilhões (R$ 20,5 bi em 2025 + R$ 41 bi em 2026) em tributos sobre operações financeiras;
- PMEs asfixiadas: 98% das empresas brasileiras são micro e pequenas, dependentes de crédito para capital de giro e investimentos;
- Desindustrialização: Custo produtivo ampliado em setores como manufatura (-1,2% projeção FGV) e agronegócio (-0,8% em competitividade exportadora).

b) Mercado de Trabalho e Renda:

Indicador	Impacto Direto
Empregos	Risco a 1,8 milhão de postos (Dieese)
Renda familiar	Perda de poder de compra (IPCA +0,7% estimado)
Informalidade	Pressão sobre taxa (já em 40% da PEA)

c) Inflação e Consumo:
- Efeito cascata: +1% no IOF = +0,3% no preço final de bens (IBGE, 2024);
- Alimentos, energia e medicamentos lideram repasses (+1,1% previsto).

Contradições e Falta de Transparência

a) Destinação dos Recursos:
- Os R$ 61 bi serão aplicados em arcabouço fiscal (meta de superávit primário), sem contrapartida em:
  - Infraestrutura (apenas 0,5% do PIB investido em 2024);
  - Redução da dívida pública (94% do PIB em 2025).

b) Incoerências de Política Econômica:
- Tributar crédito em um país com taxa de investimento de 15,8% do PIB (vs. 25% em emergentes);
- Brasil: 152º lugar no ranking de facilidade de crédito (Banco Mundial, 2024).

Quem Paga a Conta?

Grupo	Custo
Consumidores	Inflação de produtos essenciais
Trabalhadores	Desemprego e perda salarial real
Empreendedores	Queda de 12% na rentabilidade (Sebrae)

Posicionamento da ASSEDIC
- Repudiamos o aumento do IOF como medida recessiva e fiscalmente míope;
- Exigimos transparência na destinação dos R$ 61 bi arrecadados;

Propomos:
- Corte de gastos correntes (39% do Orçamento Federal);
- Reforma tributária com simplificação e desoneração produtiva;
- Política de crédito anticíclica para PMEs.

Conclusão
Tributar o crédito é estrangular o crescimento. Enquanto o governo arrecada R$ 61 bilhões, sacrificamos R$ 183 bi em PIB potencial (efeito multiplicador: 1:3 - IPEA). O Brasil precisa de menos tributos e mais eficiência.

ASSEDIC - Associação Empresarial de Colatina e Região
Pela competitividade sustentável da economia brasileira

Liemar J. Pretti
Diretor Presidente
ASSEDIC – Associação Empresarial de Colatina e Região

Fontes:
- Dados fiscais: Ministério da Fazenda (2025)
- Impacto setorial: FGV, Dieese e Sebrae (2024)
- Rankings: Banco Mundial e OCDE (2024)
- Multiplicador econômico: IPEA (2023)